



## CÂMARA MUNICIPAL DE MORTÁGUA

Nº. 5/2018

**-----ATA DA REUNIÃO ORDINÁRIA DESTA CÂMARA MUNICIPAL REALIZADA EM SETE DE MARÇO ANO DE DOIS MIL E DEZOITO:-----**

-----Aos sete dias do mês de março do ano de dois mil e dezoito, pelas quinze horas, nesta Vila de Mortágua e no Salão Nobre do Edifício dos Paços do Município, reuniu o Executivo deste Órgão, conforme o disposto no artigo 40º. da Lei número 75/2013, de doze de setembro, em reunião ordinária sob a presidência do Engº. José Júlio Henriques Norte, Presidente da Câmara Municipal de Mortágua, eleito pelo PPD/PSD e com a presença dos Senhores Vereadores:-----

-----Eleitos pelo PPD/PSD: Dr. Paulo Alexandre de Oliveira e Drª. Emília Maria Almeida Santos Neves Matos.-----

-----Eleitos pelo PS: Dr. Ricardo Sérgio Pardal Marques e Senhor Nelson António Rodrigues Filipe.-----

-----A reunião foi secretariada pela Coordenadora Técnica do Núcleo de Administração Geral, Rosa Maria Ferreira Breda.-----

-----Depois de declarada pelo Senhor Presidente aberta a reunião, foram tomadas as seguintes deliberações:-----

**I.-PERÍODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA:-----**

-----O Senhor Presidente informou que foi publicado no Diário da República:-----

-----Portaria nº. 52/2018, de 21 de fevereiro – Procede à atualização do valor de referência do RSI para 2018;-----

-----Portaria nº.53/2018, de 21 de fevereiro - Procede à atualização do valor de referência do CSI para 2018;-----

-----Portaria nº.57/2018, de 26 de fevereiro – Regula o funcionamento e a gestão do portal dos contratos públicos, denominado “Portal BASE”, e aprova os modelos de dados a transmitir;---

-----Resolução da Assembleia da República nº.57/2018, de 28 de fevereiro – Recomenda ao Governo a criação de condições para a reposição da atividade agrícola nas áreas atingidas pelos incêndios;-----



## CÂMARA MUNICIPAL DE MORTÁGUA

-----Portaria nº.61-A/2018, de 28 de fevereiro – Procede à terceira alteração da Portaria nº.150/2016, de 25 de maio, alterada pelas Portarias nº. 249/2016, de 15 de setembro, e 46/2018, de 12 de fevereiro, que estabelece o regime de aplicação da ação nº.4.0.1, “Investimentos em produtos florestais identificados como agrícolas no anexo I do Tratado sobre Funcionamento da União Europeia (TFUE);-----

-----Lei nº.12/2018, de 2 de março – Modifica o regime de atribuição de licenças de produção ou aceitação de comunicação prévia para a produção de eletricidade em regime especial e no regime remuneratório geral;-----

-----Portaria nº.63/2018, de 2 de março – Estabelece o procedimento para o reconhecimento das entidades de gestão florestal (EGF) e das unidades de gestão florestal (UGF), bem como os critérios para avaliação da respetiva capacidade de gestão, conforme previsto no Decreto – Lei nº.66/2017, de 12 de junho, com a redação dada pela Lei nº. 111/2017, de 19 de dezembro.-----

-----Deu também conhecimento que:-----

-----A Câmara promoveu no dia 23 de fevereiro, no Centro de Animação Cultural, uma ação de sensibilização e esclarecimento sobre a aplicação da legislação que obriga à limpeza das faixas de gestão de combustível, tendo contado com a participação de 130 pessoas, o que diz bem a preocupação e dúvidas que aplica a aplicação da lei.-----

-----Decorreu no passado dia 28 de fevereiro no âmbito do programa do 14º aniversário da Biblioteca Municipal, um Workshop de Terapia do Riso, dinamizado por Sónia Pais.-----

-----Sónia Pais é Licenciada em Pintura e tirou formação de líder do riso, sendo responsável pelo projeto “Rir é o melhor remédio” na Biblioteca Municipal de Sever do Vouga.-----

-----Foram realizadas duas sessões, num total de cinquenta (50) participantes, entre pessoas da comunidade mortaguense e algumas de concelhos vizinhos.-----

-----Realizou-se no passado dia 2, no Centro de Animação Cultural, a sessão de apresentação dos projetos que chegaram à final do Concurso Municipal de Ideias de Negócio. O concurso, na sua quinta edição, é promovido pela Comunidade Intermunicipal da Região de Coimbra



## CÂMARA MUNICIPAL DE MORTÁGUA

(CIMRC), em parceria com os Municípios e Agrupamentos de Escolas desta região (19 concelhos), e visa promover e estimular competências empreendedoras nos jovens.-----

-----Ao todo foram apresentados doze (12) projetos, sendo dez (10) do Secundário, 1 do 2º Ciclo e 1 do 3º Ciclo, que envolveram setenta e dois (72) alunos e dez (10) professores. Mas a promoção do projeto nos vários níveis de ensino envolveu um universo de cento e sessenta (160) alunos.-----

-----Mais uma vez os projetos apresentados surpreenderam pela sua originalidade. Projetos muito diferentes, ligados à melhoria do ambiente (poupança de água), promoção da saúde e bem-estar (alimentos saudáveis, equipamentos auxiliares de saúde), segurança em meios aquáticos, equipamentos de lazer (pesca desportiva).-----

-----A Câmara tomou conhecimento.-----

### **II.-PERÍODO DA ORDEM DO DIA:-----**

#### **1.-APROVAÇÃO DA ATA DA REUNIÃO ANTERIOR:-----**

-----Tendo sido previamente distribuído por todos os membros de executivo o texto da ata da reunião ordinária realizada a 21/02/2018, aprovada por unanimidade em minuta e dispensada a sua leitura, a Câmara deliberou por unanimidade aprová-la.-----

#### **2.-INFORMAÇÃO DO PRESIDENTE:-----**

-----O Senhor Presidente, em cumprimento ao disposto no artigo 34.º da Lei nº. 75/2013, de 12 de setembro, deu conhecimento das decisões tomadas no uso das competências que lhe foram delegadas e das subdelegadas no Vereador.-----

-----Informou também que iria estar ausente do País entre os dias 12 e 13 do corrente mês inclusive, em representação município no âmbito da visita à Galiza promovida pela CIM Região de Coimbra em colaboração com a Junta da Galiza, e que tem por objetivo o conhecimento das boas práticas adotadas naquela Região em matérias associadas à floresta e à proteção civil.-----

-----A Câmara tomou conhecimento.-----



## CÂMARA MUNICIPAL DE MORTÁGUA

### **3.-RESUMO DIÁRIO DA TESOUREARIA:**-----

-----Pelo Senhor Presidente foi presente para conhecimento o Resumo Diário da Tesouraria número 44, referente ao dia 06/03/2018, e depois de rubricado se dá aqui por integralmente reproduzido, ficando arquivado na tesouraria em pasta própria. -----

-----A Câmara tomou conhecimento.-----

### **4.-EXPEDIENTE:**-----

#### **4.1.-ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE MUNICÍPIOS PORTUGUESES:**-----

##### **4.1.1.-Descongelamento de carreiras. Atualização da Remuneração Mínima Mensal e Valorização Remuneratórias:**-----

-----Foi presente a circular referência 19/2018, de 20/02/2018, da Associação Nacional de Municípios Portugueses através da qual informa que foi solicitada ao Senhor Secretário de Estado das Autarquias Locais, a clarificação da aplicação do artigo 18º. da Lei que aprovou o Orçamento do Estado para 2018 aos trabalhadores em funções públicas cuja remuneração tenha sido, a 1 de janeiro de 2018, atualizada para a remuneração mínima mensal garantida para o ano de 2018 (pelo Decreto-Lei nº. 156/2017, de 28 de dezembro, que fixou a RMMG em 580,00€).-----

-----Entende a ANMP que os termos de alteração de posicionamento remunerado do universo de trabalhadores em funções públicas abrangido por aquela atualização deverá ser objeto de uma solução uniforme, justa e proporcional, preferencialmente através de intervenção legislativa, agregada à correção da tabela da carreira geral de assistente operacional, a que se propõe, já, o artigo 28º., também da Lei que aprovou o Orçamento do Estado para o corrente ano.-----

-----Informa, ainda, que a Direção Geral da Administração e Emprego Público já divulgou, nesta matéria, uma solução interpretativa – resultante da reunião negocial do passado dia 14 de fevereiro entre o governo e as organizações sindicais da administração pública – que repõe alguma justeza a esta situação, apontando para a aplicação do “critério dos 28 euros”, nos seguintes termos”.-----





## CÂMARA MUNICIPAL DE MORTÁGUA

-----“No caso dos trabalhadores integrados na carreira de assistente operacional que auferiam pela Retribuição Mínima Mensal Garantida (RMMG), ao perfazerem o número de pontos para alteração obrigatória de posicionamento remuneratório, deverão ser posicionados na posição remuneratória que garanta o impulso mínimo de vinte e oito euros (28,00 €) face à remuneração que auferiam (RMMG), ou seja, a quarta posição remuneratória”.-----

-----A Câmara tomou conhecimento.-----

### **4.1.2.-Artigo 104º. da LOE 2018. Flexibilização da integração do saldo de gerência da execução orçamental nos Municípios:-----**

-----Foi presente a circular referência 104, de 22/02/2018, da Associação Nacional de Municípios Portugueses, através da qual informa que artigo 104º. da LOE 2018, relativo a Saldo de gerência da execução orçamental, na medida em que o mesmo introduziu uma “maior flexibilização na utilização do saldo da gerência anterior”.-----

-----Com efeito – em convergência com a regra de equilíbrio orçamental, pois o saldo de gerência transita como receita corrente na proporção da despesa corrente que visa financiar -, veio aquele preceito permitir que em momento anterior ao da aprovação e apreciação dos documentos de prestação de contas pelos órgãos competentes, uma vez aprovado o mapa dos fluxos de caixa pela Câmara Municipal, seja possível:-----

-----a) A incorporação do saldo de gerência (parte não consignada), por revisão orçamental pela Assembleia Municipal (em sessão ordinária ou extraordinária anterior à sessão ordinária do mês de abril);-----

-----b) A incorporação da parte do saldo de gerência que corresponda a receita consignada, através de alteração orçamental pela Câmara Municipal (que poderá ser aprovada na mesma reunião da aprovação do mapa dos fluxos de caixa, desde que ponto seguinte na ordem do dia).-----

-----A Câmara tomou conhecimento.-----

### **4.1.-ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MORTÁGUA:-----**

-----Pelo Senhor Presidente foram presentes vinte e quatro (24) ofícios, referência 91 à 114,



## CÂMARA MUNICIPAL DE MORTÁGUA

datados 05/03/2018, da Assembleia Municipal de Mortágua, dando conhecimento que na sua sessão ordinária, realizada no pretérito dia 28 de fevereiro de 2018, tomou as seguintes deliberações:-----

-----Aprovou por maioria, com sete votos a favor dos membros do PPD/PSD e treze abstenções dos membros do PS, a Modificação por Revisão do Orçamento Municipal de 2018.

-----Tomou conhecimento da Declaração de Compromissos plurianuais existentes em 31/12/2017 e da Declaração de Pagamentos e de Recebimentos em Atraso Existentes em 31/12/2017 (artº. 15º., alíneas a) e b) da lei nº. 8/2012, de 21/02 – LPCA).-----

-----Aprovou por unanimidade o Pedido de Autorização de Compromisso Plurianual – Encargos Assumidos em 2017 – Pagamento de Faturas.-----

-----Aprovou por unanimidade o Pedido de Autorização de Compromisso Plurianual de Aquisições de Serviços e Fornecimentos.-----

-----Aprovou por unanimidade o Pedido de Autorização de Compromisso Plurianual decorrente da Prorrogação de Protocolo celebrado com a Associação Popular e Desportiva do Carvalhal para apoio obras de beneficiação no edifício sede e campo de jogos.-----

-----Aprovou por unanimidade o Pedido de Autorização de Compromisso Plurianual decorrente da Prorrogação de Protocolo celebrado com a Associação Cultural e Desportiva de Vale de Paredes para apoio obras de beneficiação no edifício sede.-----

-----Aprovou por unanimidade o Pedido de Autorização Prévia de Compromisso Plurianual da Empreitada de Recuperação e reconversão da antiga Escola Primária de Espinho em Centro de Dia.-----

-----Aprovou por maioria, com sete votos a favor dos membros do PPD/PSD, onze abstenções dos membros do PS e dois votos contra de membros do PS, o Pedido de Autorização Prévia de Alteração de Compromisso Plurianual da Empreitada de Requalificação do Centro de Saúde de Mortágua.-----

-----Aprovou por maioria, com sete votos a favor dos membros do PPD/PSD, dez abstenções dos membros do PS e três votos contra de membros do PS, o Pedido de Autorização Prévia de



## CÂMARA MUNICIPAL DE MORTÁGUA

Compromisso Plurianual da Empreitada do Arranjo Urbanístico da Avenida Infante D. Henrique em Vale de Açores 1ª. Fase.-----

-----Aprovou por maioria, com seis votos a favor dos Membros do PPD/PSD e onze abstenções, sendo uma de Membro do PPD/PSD e dez de Membros do PS e três votos contra de Membros do PS o Pedido de Autorização Prévia de Compromisso Plurianual da Empreitada de Beneficiação de Pavimentos em Arruamentos da Povoação da Gândara.-----

-----Aprovou por maioria, com sete votos a favor dos Membros do PPD/PSD e treze abstenções dos Membros do PS o Pedido de Autorização Prévia de Compromisso Plurianual da Empreitada de Melhoria de Acessibilidades da Póvoa e Vale de Remígio.-----

-----Aprovou por maioria, com, com sete votos a favor dos Membros do PPD/PSD e treze abstenções dos Membros do PS, o Pedido Autorização Prévia de Alteração de Compromisso Plurianual da Empreitada 1ª. Fase das infraestruturas do Plano de Pormenor para a ampliação do Parque Industrial Manuel Lourenço Ferreira.-----

-----Aprovou por maioria, com sete votos a favor dos Membros do PPD/PSD e treze abstenções dos Membros do PS, o Pedido Autorização Prévia de Alteração de compromisso plurianual da Empreitada 2ª. Fase das infraestruturas do Plano de Pormenor para a ampliação do Parque Industrial Manuel Lourenço Ferreira.-----

-----Aprovou por maioria, com sete votos a favor dos Membros do PPD/PSD, nove abstenções de Membros do PS e quatro votos contra de Membros do PS o Pedido de Autorização Prévia de Compromisso Plurianual da Empreitada de Execução da Rotunda da EN 234 – Monte Grande.-----

-----Aprovou por maioria, com dezasseis votos a favor, sendo sete de Membros do PS e nove de Membros do PPD/PSD, e quatro abstenções de membros do PS, o Pedido de Autorização Prévia de Compromisso Plurianual da Empreitada de Conservação da Antiga Escola Primária de Caparrosinha. -----

-----Aprovou por unanimidade a celebração de Contrato Interadministrativo de Delegação de Competências entre o Município de Mortágua e a Freguesia de Trezoi para Manutenção e



## CÂMARA MUNICIPAL DE MORTÁGUA

Conservação do Ponto de Água do Meligioso.-----

-----Tomou conhecimento da não celebração dos Acordos de Execução com as Juntas de Freguesia, nos termos previstos na Lei nº. 75/2013, de 12 de setembro.-----

-----Aprovou por unanimidade a Modificação do Regulamento de Incentivo à Natalidade e Apoio à Família no Concelho de Mortágua (Prorrogação de Prazo).-----

-----Por escrutínio secreto, designou por maioria, com dezassete votos a favor e três votos em branco, o Membro Luís Miguel de Sousa Dias para representar a Assembleia Municipal na Comissão de Acompanhamento para a Revisão do PDM – alínea c) do nº.1 do artº. 7º. da Portaria nº. 1474/2007, de 16 de novembro.-----

-----Tomou conhecimento dos Acordos de Gestão da Rotunda do Barril – EN 234 a celebrar com a Infraestruturas de Portugal, S.A. para a Construção; Iluminação Pública; Paisagismo.

-----Aprovou por unanimidade a concessão à Associação Cultural da Lourinha de Baixo da isenção de pagamento de taxas da Festa de São Martinho de Licença Acidental de Recinto de Diversão Provisória, no valor de vinte e um euros e trinta e cinco centimos (21,35 €) e da taxa de licença Especial de Ruído no valor de dezasseis euros (16,00€).-----

-----Aprovou por unanimidade a concessão a Rita Margarida Gomes Ferreira da isenção do pagamento de taxas de licenciamento no valor de novecentos e oitenta e oito euros e trinta e seis centimos (988,36 €), e da TMU de duzentos e setenta e um euros e noventa e dois centimos (271,92 €), referentes ao processo nº 01/2017/797 - Construção Nova - Habitação/Muros de Vedação, sita em Almacinha, União de Freguesias de Mortágua, Vale de Remigio, Cortegaça e Almaça.-----

-----Aprovou por unanimidade a concessão a Rui Miguel Martins Duarte, residente em Rua do Lagar, nº.32, Vila Moinhos, 3450 – 345 Mortágua, da isenção do pagamento de taxas de licenciamento no valor de mil seiscientos e vinte euros e trinta e dois centimos (1.620,32 €) e da TMU no valor quatrocentos e sessenta e dois euros e setenta e sete centimos (462,77 €), do processo nº 01/2017/144- Construção Nova - Habitação/Muros de suporte e vedação, sita em Travessa da Rua da Azenha, Vila Meã, Freguesia do Sobral.-----





## CÂMARA MUNICIPAL DE MORTÁGUA

-----Aprovou por unanimidade a concessão, ao Centro Desportivo, Recreativo e Cultural do Meligioso, da isenção de pagamento de taxa no valor de mil quinhentos e nove euros e sessenta e seis cêntimos (1.509,66 €), referente ao licenciamento do processo nº. 1/2017/207, de legalização do edifício sede daquela Associação.-----

-----A Câmara tomou conhecimento.-----

### **4.3.-Associação Empresarial da Região de Viseu:-----**

-----Foi presente o e:mail, datado de 16/02/2018, da Associação Empresarial da Região de Viseu através do qual remete a petição “Pela requalificação completa adequada do IP3”, podendo a mesma ser subscrita por cidadãos ou pessoas coletivas, e solicitando o empenho na mobilização máxima de subscritores da mesma.-----

-----A Câmara tomou conhecimento e deliberou por unanimidade subscrever a petição.-----

### **5.-EDUCAÇÃO E JUVENTUDE:-----**

#### **5.1.-ESCOLA PROFISSIONAL BEIRA AGUIEIRA – PARECER SOBRE NOVOS CURSOS:-----**

-----Pelo Senhor Presidente foram presentes os e:mails datados de 26/02/2018, Escola Profissional Beira Aguireira a solicitar para efeitos de candidatura a Cursos Profissionais de Educação e Formação de jovens a emissão de parecer acerca da pertinência e necessidade no âmbito local e regional dos Cursos:-----

-----Técnico de Multimédia – nível IV;-----

-----Técnico de cozinha/Pasteleiro – nível IV;-----

-----Técnico de Restaurante/Bar – nível IV;-----

-----Técnico Auxiliar de Saúde – nível IV;-----

-----Técnico de Turismo – nível IV;-----

-----Empregado de Restaurante Bar – nível II.-----

-----A Câmara depois de apreciado o assunto, deliberou, por unanimidade, considerar que os Cursos acima referidos vão ao encontro das expectativas profissionais dos jovens, e proporciona a formação de indivíduos qualificados, essenciais ao desenvolvimento integrado



## CÂMARA MUNICIPAL DE MORTÁGUA

da região.-----

### **5.2.-PROGRAMA EMPREENDEDORISMO NAS ESCOLAS DA REGIÃO DE COIMBRA – CONCURSO MUNICIPAL DE IDEIAS DE NEGÓCIO:-----**

-----Pelo Senhor Presidente foi presente à Câmara o seu despacho, datado de 28/02/2018 – “Concordo com a proposta e autorizo. À Reunião de Câmara para deferimento” - aposto na proposta do Senhor Vereador Paulo Alexandre de Oliveira, datada de 27/02/2018, para que o Município possa premiar com 2 vouchers de entrada nas piscinas municipais e 2 vouchers de entrada nas sessões de cinema todos os 69 alunos participantes (28 alunos do secundário, 22 alunos do terceiro ciclo e 19 do segundo ciclo) no Concurso Municipal de Ideias e Negócios, a realizar a 2 de março corrente, para apuramento dos projetos que irão representar o Município no concurso intermunicipal da Região de Coimbra.-----

-----Assim, considerando a data do referido evento e atento o n.º 3 do artigo 35º do Anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, o Senhor Presidente propôs que fosse ratificado o despacho apostado na citada proposta.-----

-----A Câmara, depois de apreciado o assunto, deliberou por unanimidade ratificar o ato do Senhor Presidente.-----

### **5.3.-JUVENTUDE:-----**

#### **5.3.1.-Apoio Natalidade e Famílias:-----**

##### **5.3.1.1.-Ratificação dos Processos n.º 7/2018:-----**

-----Para efeitos de conhecimento e ratificação pelo Senhor Presidente foi presente o processo de candidatura n.º. 7/2018 para atribuição do Incentivo à Natalidade e Apoio às Família no Concelho de Mortágua que entrou nos serviços e que deferiu nos termos do n.º.1 do artigo 6º. do Regulamento de Incentivo à Natalidade e Apoio às Família no Concelho de Mortágua.-----

-----A Câmara por unanimidade ratificou a decisão tomada pelo Senhor Presidente.-----

##### **5.3.1.2.-Indeferimento do Processo n.º 8/2018:-----**

-----Pelo Senhor Presidente foi presente o processo 8/2018, que entrou nos serviços em 16/02/2018, para atribuição do Incentivo à Natalidade e Apoio à Família no Concelho de



## CÂMARA MUNICIPAL DE MORTÁGUA

Mortágua, requerido por Joice kele Pereira Dias Barbosa, na qualidade de mãe de Isabella Barbosa Dias, nascida a 03/11/2017.-----

-----Após análise do processo verifica-se que o requerimento não cumpre a alínea c) do artigo 3º. e alínea f), do artº. 4º. – Apresentação do Pedido de Atribuição do Incentivo, do Regulamento, ou seja os requerentes não se encontram recenseados na área do Concelho de Mortágua, nem pelo facto de não ter apresentado o cartão de cidadão da criança.-----

-----A Câmara, depois de apreciado o assunto, por unanimidade deliberou notificar o requerente do projeto de decisão de indeferimento do processo, devendo, se assim o entender, pronunciar-se por escrito sobre o mesmo, no prazo de dez (10) dias úteis, nos termos do Código do Procedimento Administrativo.-----

### **5.3.2.-Bolsas de Estudo de 2017/2018:-----**

-----Pelo Senhor Presidente foi presente uma informação da Técnica de Serviço Social, datada de 20/02/2018 e através da qual apresenta uma proposta de alteração ao valor da capitação mensal de estudante economicamente carenciado, bem como dos candidatos admitidos e dos candidatos não admitidos depois de efetuada a análise processual dos 31 processos entrados nos serviços para efeitos de atribuição de Bolsa de Estudo, e que a seguir se transcreve:-----

-----“Assunto: Bolsas de Estudo: Proposta.-----

I-----

-----1- Os processos de requerimento à bolsa de estudo são apreciados no cumprimento do “Regulamento Municipal” conjugado como o “Conjunto de Regras Técnicas” aprovadas na reunião de Câmara de 21-12-2005 as quais continuam a permitir clarificar conceitos e procedimentos e uma actuação mais uniforme e consentânea com os objectivos a prosseguir com este Programa Municipal.-----

-----O aludido “Conjunto de Regras Técnicas” determina “*que para efeitos de atribuição de bolsa de estudo por parte da Câmara Municipal, estudante economicamente carenciado é aquele cuja capitação média mensal é inferior a 325,00€*”. Este valor foi calculado no ano de 2005, tendo em consideração os custos médios tidos com o alojamento, alimentação, material



## CÂMARA MUNICIPAL DE MORTÁGUA

escolar, transporte (...) o qual foi sendo actualizado anualmente nos termos do Índice de Harmonização de Preços ao Consumidor (IHPC). Posteriormente esta câmara deliberou indexar o rendimento per capita ao valor do IAS.-----

-----Foi, então, indexada a capitação mensal de estudante economicamente carenciado ao IAS (Indexante dos Apoios Sociais) por ser este o montante de cálculo a todas as prestações sociais e o qual lhe serve de referência cujo valor em 2017 foi de **421,32€**;-----

-----**2** – Considerando que entre propinas, livros, alimentação, transportes, despesas pessoais ou de saúde, o custo de estudar no ensino superior rondou, em 2017, em média, os 6.500,00€/ano de acordo com o estudo “Custos dos Estudantes no Ensino Superior” do Instituto de Educação da Universidade de Lisboa coordenado por Luísa Cerdeira (Junho, 2017);-----

-----**3-** Considerando o esforço que as famílias têm de fazer para pagar esta despesa, segundo o aludido estudo um agregado na mediana do país (acima e abaixo desse valor distribui-se 50% da população adulta), uma despesa total de 6.645,00€ com um filho no ensino superior esgota 63% do orçamento anual, já tendo em conta o apoio social e a dedução fiscal que o Estado concede; -----

Proponho que no ano em curso se defina o valor da capitação mensal de 535,20€ a qual se aproxima do custo real dos gastos médios. **Este valor resulta da soma do valor do IAS (428,90€) e do valor da propina máxima (106,30€)**

### -----II - Admissão de candidatos-----

-----Depois de efectuada a análise processual dos 31 processos entrados verificou-se que 30 requerentes ou apresentavam a instrução incompleta do processo ou apresentavam condições que determinaram a disponibilização de documentos complementares para uma rigorosa e justa avaliação diagnóstica. Foram notificados a 8 de Fevereiro para suprirem faltas documentais ou justificarem documentalmente o declarado no processo de candidatura (Ex: desemprego,





## CÂMARA MUNICIPAL DE MORTÁGUA

doença, composição do agregado familiar, etc.). -----

-----Terminado o prazo verificou-se que todos os candidatos responderam em conformidade, à excepção da concorrente Patrícia Rodrigues Gomes, aluna do 4º ano da licenciatura de enfermagem, ministrada no Instituto Politécnico de Coimbra. -----

-----**Propõe-se a admissão a concurso.**-----

-----1.-Raquel Alexandra Ferreira Varela;-----

-----2.-Filipe Marques Cruz Correia;-----

-----3.-Ruben Edgar Gomes Martins;-----

-----4.-Francisco Xavier Gomes Martins;-----

-----5.-Adriana Henriques Marques;-----

-----6.-Carolina Fraga Martin Matos ;-----

-----7.-Maria Madalena Cardoso Sousa;-----

-----8.-Mariana Gomes Ferreira;-----

-----9.-Ângela Cordeiro Martins;-----

-----10.-Lúcia Filipe Mateus;-----

-----11.-Daniela Filipa Pereira Martins;-----

-----12.- Gabriela Alexandra da Costa Pereira;-----

-----13.-Mariana Filipa Gomes;-----

-----14.-Daniela Alexandra Martins da Silva Pereira;-----

-----15.-Luís Filipe Martins de Oliveira;-----

-----16.-Rute Sofia Gonçalves Sousa;-----

-----17.-Diogo Porto Cruz;-----

-----18.-Luís Daniel Macedo Matos;-----

-----19.-Gabriel Gonçalves Cordeiro;-----

-----20.-Lara Alexandra Simões Lima;-----

-----21.-Ana Beatriz Lourenço Paredes;-----

-----22.-Thomas Silva;-----



## CÂMARA MUNICIPAL DE MORTÁGUA

-----23.-Lara Filipa dos Santos Duarte;-----

-----24.-Daniela Margarida Rodrigues da Silva;-----

-----26.-João Bernardo Matos Torres;-----

-----27.-Bruno Alexandre Valente da Silva Costa;-----

-----29.-Mónica Alexandra Martins Oliveira;-----

-----30.-Mónica Salomé Taveira Martins;-----

-----**III – Propõe-se a exclusão a concurso as seguintes candidatas:**-----

-----Não tiveram aproveitamento escolar no último ano lectivo de inscrição e por isso não cumprem o disposto na alínea b) do nº 6 do Capítulo II do Regulamento. Por outro lado não justificaram tal facto para que esta Câmara possa avaliar a situação como um caso excepcional nos termos do 6.1 do aludido enquadramento legal.-----

-----25.- Jéssica Matos Besteiros;-----

-----31.- Rita Piedade Vítório Gomes.-----

-----Pelo que se propõe a exclusão do concurso.-----

-----**IV- Arquivamento do Processo :**-----

-----28.-Patrícia Rodrigues Gomes – não instruiu o processo nos termos da notificação remetida a 8 de Fevereiro pelo que se propõe o seu arquivamento nos termos da aludida notificação.-----

-----A Câmara, depois de apreciado o assunto deliberou, por unanimidade, não alterar a captação mensal de estudante economicamente carenciado uma vez que o processo das Bolsas de Estudo de 2017/2018 iniciou-se e tem-se desenvolvido no pressuposto de se manter aquele valor.-----

-----Mais foi deliberado aprovar a admissão, exclusão e arquivamento do processo de acordo com os fundamentos da proposta da Técnica de Ação Social, e notificar os alunos não admitidos e o arquivamento do processo, conforme o disposto no Código do Procedimento Administrativo, para se pronunciarem no prazo de dez (10) dias, por escrito, se o entenderem.-





## CÂMARA MUNICIPAL DE MORTÁGUA

### **6.-DESENVOLVIMENTO ECONÓMICO:**-----

#### **6.1.-DESENVOLVIMENTO DO TURISMO:**-----

##### **6.1.1.-Protocolo de Cooperação entre a Fundação Mata do Buçaco, F.P. e os Municípios de Mealhada, Mortágua e Penacova para a Implementação e Coordenação do Plano de Animação da Grande Rota (GR) Caminhos da Mata e da Serra do Bussaco:**-----

-----Pelo Senhor Presidente foi presente o Protocolo de Cooperação celebrado entre a Fundação Mata do Buçaco, F.P. e os Municípios de Mealhada, Mortágua e Penacova, e a vigorar até ao final de dezembro de 2018, no qual estão previstas as contrapartidas financeiras do Município de Mortágua e Município de Penacova, no valor de oito mil quinhentos e cinquenta euros e trinta centimos (8.550,30 €), cada um, para que a Fundação assuma a competência para implementar e coordenar a ação Plano de Animação da Grande Rota (GR) Caminhos da Mata e da Serra do Bussaco, que encerra uma distância de 52 quilómetros e percorre os concelhos de Mealhada, Mortágua e Penacova, assim como a contrapartida do Município da Mealhada, no montante de treze mil oitocentos e trinta e sete euros e cinquenta e dois centimos (13.837,52 €), para que a Fundação assuma a competência para implementar o plano de comunicação referente à preparação da candidatura à UNESCO.-----

-----A Câmara tomou conhecimento e por unanimidade ratificou o ato do Senhor Presidente de outorga, em 13 de novembro de 2017, do Protocolo de Cooperação.-----

### **7.-DEFESA DO MEIO AMBIENTE:**-----

#### **7.1.-REQUALIFICAÇÃO E VALORIZAÇÃO DAS MARGENS DA RIBEIRA DA FRAGA – PERCURSO PEDESTRE EM MORTÁGUA ENTRE A PONTE DO BARRIL E O PARQUE VERDE:**-----

##### **7.1.1.-Aquisição de Terreno a José Ângelo de Almeida Sacras da Silva e Emília Clara Simões Coelho Fernandes:**-----

-----Pelo Senhor Presidente foi presente o E:mail recebido em 05/03/2017 de José Ângelo de Almeida Sacras da Silva, residente na Rua Tomás da Fonseca, 41, 3450-162 MORTÁGUA, através do qual propõe a venda à Câmara Municipal de Mortágua, pelo valor de cem euros



## CÂMARA MUNICIPAL DE MORTÁGUA

(100,00 €), do prédio rústico de sua propriedade a seguir identificado, considerando que este confina com o Percurso Pedestre em Mortágua entre Ponte do Barril e o Parque Verde:-----

-----Prédio rústico inscrito na matriz da União de Freguesias de Mortágua, Vale de remígio, Cortegaça e Almaça sob o artigo 9676, e descrito na Conservatória do Registo Predial com o número 1932, com a área de 980 m2.-----

-----Confrontações do Prédio: Norte Albano Simões; Sul – Abel Festas Cancela de Abreu; Nascente – Celso Oliveira Porto; Poente – Estrada.-----

-----Localização do Prédio: Lavadouros, União de Freguesia Mortágua, Vale de Remígio, Cortegaça e Almaça.-----

-----Proprietários: José Ângelo de Almeida Sacras da Silva, com o NIF 119974315, cartão de cidadão nº. 6562716 residente na Rua Tomás da Fonseca, 41, 3450-162 MORTÁGUA, casado com Emília Clara Simões Coelho Fernandes no Regime de comunhão de adquiridos, com o NIF 116721219, cartão de cidadão nº. 6237219, residente na Rua Tomás da Fonseca, 41, 3450-162 MORTÁGUA.-----

-----Por informação da contabilidade existem fundos disponíveis para assunção da despesa que se encontra inscrita no orçamento na rubrica 070301 – Aquisição de terrenos e está inscrito nas Opções do Plano do corrente ano no objetivo 010 Defesa do Meio Ambiente, Projeto 002 Recuperação, Manutenção e Requalificação de Ribeiras, no projeto 2014/40- Aquisição de terrenos.-----

----- A Câmara, depois de apreciado o assunto, deliberou por unanimidade adquirir o terreno acima identificado, pelo valor de cem euros (100,00 €) a José Ângelo de Almeida Sacras da Silva, com o NIF 119974315, cartão de cidadão nº. 6562716 residente na Rua Tomás da Fonseca, 41, 3450-162 MORTÁGUA, casado com Emília Clara Simões Coelho Fernandes no Regime de comunhão de adquiridos, com o NIF 116721219, cartão de cidadão nº. 6237219, residente na Rua Tomás da Fonseca, 41, 3450-162 MORTÁGUA.-----





## CÂMARA MUNICIPAL DE MORTÁGUA

### **8.-ADMINISTRAÇÃO:-----**

#### **8.1.-MODIFICAÇÃO POR ALTERAÇÃO AO ORÇAMENTO MUNICIPAL DE 2018:-**

-----Considerando a necessidade de reforçar e reajustar diversas rubricas do orçamento Municipal do corrente ano, pelo Senhor Presidente foi presente nos termos do Decreto - Lei número 54-A/99, de vinte e dois de fevereiro, conjugado com a alínea d), do número 1 do artigo 33º. da Lei nº. 75/2013, de doze de setembro, a proposta de modificação por alteração ao orçamento que apresentava os seguintes valores:-----

-----Reforço despesas de capital – trinta e cinco mil euros (35.000,00 €);-----

-----Anulação despesas de capital – zero euros (0,00 €);-----

-----Reforço despesas correntes – zero euros (0,00 €);-----

-----Anulação despesas correntes – trinta e cinco mil euros (35.000,00 €).-----

-----Depois de apreciada a alteração ao Orçamento Municipal a Câmara deliberou, por unanimidade, aprová-la ficando a mesma arquivada nos serviços de contabilidade.-----

#### **8.2.-MODIFICAÇÃO POR ALTERAÇÃO ÀS OPÇÕES DO PLANO DE 2018.-----**

-----Considerando a necessidade de dotar diversos projetos das Opções do Plano do corrente ano de verbas necessárias à satisfação de compromissos assumidos decorrentes da evolução normal dos empreendimentos em curso, pelo Senhor Presidente foi presente nos termos do ponto 8.3.2.3 do Decreto – Lei número 54-A/99, conjugado com a alínea d) do número do 1 do artigo 33º. da Lei número 75/2013, de doze de setembro, a proposta de alteração às Opções do Plano do corrente ano que apresentava os seguintes valores:-----

-----Modificação de Financiamento definido – trinta e seis mil euros (36.000,00 €);-----

-----Modificação de Financiamento não definido – vinte e um mil euros (21.000,00 €).-----

-----Depois de apreciada a alteração às Opções do Plano, a Câmara deliberou por unanimidade aprová-la ficando a mesma arquivada nos serviços de contabilidade.-----

#### **8.3.-PRORROGAÇÃO DO CONTRATO DE FORNECIMENTO DE COMBUSTÍVEIS:-----**

-----Considerando que está em andamento o procedimento para adjudicação do fornecimento,



## CÂMARA MUNICIPAL DE MORTÁGUA

contínuo pelo período de três (3) anos, de combustíveis necessários ao desenvolvimento normal dos serviços operacionais do Município, o Senhor Presidente propôs que, por forma a prosseguir um eficaz e eficiente desempenho e resposta do respetivo serviço, a Câmara nos termos do n.º 1 do artigo 440.º do Código dos Contratos Públicos, prorrogue novamente o anterior contrato celebrado com a BP em 28/02/2013, no seguimento da adjudicação aprovada na Reunião de Câmara de 06/02/2013, até ao final de agosto de 2018, mantendo-se em vigor as respetivas condições de fornecimento.-----

-----A despesa prevista até ao final de Junho próximo para gasóleo será de cem mil euros (100.000,00 €) e para gasolina de três mil e quinhentos euros (3.500,00 €).-----

-----A Câmara, depois de apreciado o assunto, deliberou por unanimidade aprovar a prorrogação do contrato.-----

### **9.-LOTEAMENTOS E OBRAS PARTICULARES:**-----

#### **9.1.-PROCESSO Nº. 06/2017/7 DE DESTAQUE DE PARCELA DE TERRENO EM RUA DE SANTA CATARINA – FREIXO- UNIÃO DE FREGUESIAS DE MORTÁGUA, VALE DE REMÍGIO CORTEGAÇA E ALMAÇA:**-----

-----Pelo Senhor Presidente foi presente o processo número 06/2017/70 em que é requerente José Manuel Braz de Oliveira, residente na Rua Santa Catarina, n.º.5, Freixo – 3450 – 116 Mortágua, através do qual vêm requerer ao abrigo do artigo 6.º do Decreto – Lei n.º. 555/99, de 16 de dezembro, alterado e republicado pelo Decreto – Lei n.º. 136/2014, de 09 de setembro, a emissão de certidão destaque de parcela de terreno sito em Rua de Santa Catarina, n.º.5 Freixo, inscrito na matriz da União de Freguesias de Mortágua, Vale de Remígio, Cortegaça e Almaça sob o artigo 2409, e registado na Conservatória da Freguesia de Mortágua sob o n.º. 3054.-----

-----O terreno tem a área de 2.740 m2, na caderneta predial e no registo da conservatória não estão inscritas as confrontações porque o prédio tem nome de Rua e número de policia.-----

-----A parcela a destacar com a área de 773,00 m2, confrontando de norte com José Manuel Brás de Oliveira (parcela restante), nascente com Rua de Santa Catarina, de Sul com Nelson





## CÂMARA MUNICIPAL DE MORTÁGUA

Fernandes Almeida, Poente com Urbano Marques.-----

-----Parcela Restante com a área de 1.967,00 m2, sita na Rua Santa Catarina, nº5, Freixo.-----

-----Sobre o processo o Chefe de Divisão de Administração do Território, emitiu em 29/12/2017, Parecer Técnico que conclui *“Atendendo a que a parcela em causa se situa em “perímetro urbano” e as parcelas que resultam do destaque confrontam com arruamentos/espços públicos, nada há a opor ao deferimento da pretensão”*.-----

-----Depois de apreciado o processo e respetivo Parecer Técnico a Câmara deliberou por unanimidade emitir a certidão.-----

### **9.2.-EDIFICAÇÕES EM MAU ESTADO DE CONSERVAÇÃO:-----**

#### **9.2.1.-Processo nº. 08/2017/03:-----**

-----No seguimento da deliberação tomada na reunião de Câmara de 06/12/2017 o Senhor Presidente informou que, no seguimento da notificação feita, através do ofício referência 3768 de 15/12/2017 a António José Gaspar, residente na Rua da Virgínia Vitorino, 12 – 4º. Dtº. Lumiar, 1600 – 784, relativa ao processo 08/2017/03 de edificação em mau estado de conservação sito no Largo da Feira, em Vale de Açores, União de Freguesias de Mortágua, Vale de Remígio, Cortegaça e Almaça, nos termos e para os efeitos do disposto no artigo 122º. do Código do Procedimento Administrativo, terminou o prazo para se pronunciar sem que este nada dissesse.-----

-----Assim sendo, foi deliberado por unanimidade converter o projeto de decisão tomado na reunião de Câmara de 06/12/2017, em decisão definitiva do presente processo nos termos e com os fundamentos ali indicados, devendo proceder-se à respetiva notificação ao proprietário.

#### **9.2.2. Processo nº. nº. 08/2018/01:-----**

-----Pelo Senhor Presidente foi presente o Parecer Técnico, datado de 11/01/2018 do Chefe da DPAT, emitido na sequência da informação dos serviços de Fiscalização Municipal, sobre a existência de um edifício em mau estado de conservação em Falgaroso do Maio, União de Freguesias de Mortágua, Vale de Remígio, Cortegaça e Almaça, de propriedade de Serafim Rodrigues Abreu, residente, na Rua Francisco Salgado Zenha, nº. 23, Quinta do Belmonte,



## CÂMARA MUNICIPAL DE MORTÁGUA

3030 – 338 Coimbra , cuja conclusão se transcreve:-----

----- “conclui-se que se trata de uma situação:-----

----- decorrente dos incêndios que assolaram esta zona em outubro de 2017 e que atingiram o edifício em causa;-----

-----que origina falta de solidez, de insegurança e instabilidade do edifício existente/sobrante;-----

-----de que resulta a possibilidade de colapso total e ruína do edificado, colocando em perigo a segurança viária e de pessoas e bens nas áreas públicas confinantes;-----

-----de desconformidade com as normas legais do RJUE – DL nº.136/2014, consubstanciadas nos artigos 89º. – A – proibição de deterioração.-----

-----Proponho que a Câmara delibere no sentido de se dar cumprimento ao nº. 8 do artigo 90º. do DL nº. 136/2014, preterindo as formalidades previstas no presente artigo, promovendo a demolição imediata das ruínas uma vez que existe risco iminente de desmoronamento para a via pública. ”.-----

-----A Câmara, depois de apreciado o assunto, deliberou, por unanimidade aprovar a proposta do Chefe da DPAT, ou seja dar cumprimento ao nº. 8 do artigo 90º. do DL nº. 136/2014, preterindo as formalidades previstas no presente artigo, promovendo a demolição imediata das ruínas uma vez que existe risco iminente de desmoronamento para a via pública, devendo notificar-se o proprietário dando conhecimento da presente decisão.-----

**9.2.3.-Processo nº. 08/2018/02:-----**

-----Pelo Senhor Presidente foi presente o Parecer Técnico, datado de 11/01/2018 do Chefe da DPAT, emitido na sequência da informação dos serviços de Fiscalização Municipal, sobre a existência de um edifício em mau estado de conservação em Falgaroso do Maio, União de Freguesias de Mortágua, Vale de Remígio, Cortegaça e Almaça, de propriedade de Pedro Luis de Meneses Cabral, residente, na Rua Jorge Anjinho, Lote nº. 13 – 6A, 3030 – 382 Coimbra , cuja conclusão se transcreve:-----

----- “conclui-se que se trata de uma situação:-----





## CÂMARA MUNICIPAL DE MORTÁGUA

-----decorrente dos incêndios que assolaram esta zona em outubro de 2017 e que atingiram o edifício em causa;-----

-----que origina falta de solidez, de insegurança e instabilidade do edifício existente/sobrante;-----

-----de que resulta a possibilidade de colapso total e ruína do edificado, colocando em perigo a segurança viária e de pessoas e bens nas áreas públicas confinantes;-----

-----de desconformidade com as normas legais do RJUE – DL n.º 136/2014, consubstanciadas nos artigos 89.º – A – proibição de deterioração.-----

-----Proponho que a Câmara delibere no sentido de se dar cumprimento ao n.º 8 do artigo 90.º do DL n.º 136/2014, preterindo as formalidades previstas no presente artigo, promovendo a demolição imediata das ruínas uma vez que existe risco iminente de desmoronamento para a via pública.”.-----

-----A Câmara, depois de apreciado o assunto, deliberou, por unanimidade aprovar a proposta do Chefe da DPAT, ou seja dar cumprimento ao n.º 8 do artigo 90.º do DL n.º 136/2014, preterindo as formalidades previstas no presente artigo, promovendo a demolição imediata das ruínas uma vez que existe risco iminente de desmoronamento para a via pública, devendo notificar-se o proprietário dando conhecimento da presente decisão.-----

### **9.2.4.-Processo n.º. 08/2018/03:-----**

-----Pelo Senhor Presidente foi presente o Parecer Técnico, datado de 11/01/2018 do Chefe da DPAT, emitido na sequência da informação dos serviços de Fiscalização Municipal, sobre a existência de um edifício em mau estado de conservação em Falgaroso do Maio, União de Freguesias de Mortágua, Vale de Remígio, Cortegaça e Almacina, de propriedade de Maria Ivone Breda dos Santos, na Rua Principal, n.º 57, Almacinha, 3450 – 118 Coimbra, cuja conclusão se transcreve:-----

----- “conclui-se que se trata de uma situação:-----

-----decorrente dos incêndios que assolaram esta zona em outubro de 2017 e que atingiram o edifício em causa;-----



## CÂMARA MUNICIPAL DE MORTÁGUA

-----que origina falta de solidez, de insegurança e instabilidade do edifício existente/sobrante;-----

-----de que resulta a possibilidade de colapso total e ruína do edificado, colocando em perigo a segurança viária e de pessoas e bens nas áreas públicas confinantes;-----

-----de desconformidade com as normas legais do RJUE – DL nº.136/2014, consubstanciadas nos artigos 89º. – A – proibição de deterioração.-----

-----Proponho que a Câmara delibere no sentido de se dar cumprimento ao nº. 8 do artigo 90º. do DL nº. 136/2014, preterindo as formalidades previstas no presente artigo, promovendo a demolição imediata das ruínas uma vez que existe risco iminente de desmoronamento para a via pública.-----

-----A Câmara, depois de apreciado o assunto, deliberou por unanimidade aprovar a proposta do Chefe da DPAT, ou seja dar cumprimento ao nº. 8 do artigo 90º. do DL nº. 136/2014, preterindo as formalidades previstas no presente artigo, promovendo a demolição imediata das ruínas uma vez que existe risco iminente de desmoronamento para a via pública, devendo notificar-se o proprietário dando conhecimento da presente decisão.-----

### **9.2.5. Processo nº. nº. 08/2018/04:-----**

-----Pelo Senhor Presidente foi presente o Parecer Técnico, datado de 10/11/2017 do Chefe da DPAT, emitido na sequência da informação dos serviços de Fiscalização Municipal, sobre a existência de um edifício em mau estado de conservação em Almacinha, 3450 – 111 Mortágua, de propriedade de Daniel Manaia Ferreira Simões, residente, na Rua Principal, nº.57, Almacinha, cuja conclusão se transcreve:-----

----- “conclui-se que se trata de uma situação:-----

-----decorrente dos incêndios que assolaram esta zona em outubro de 2017 e que atingiram o edifício em causa;-----

-----que origina falta de solidez, de insegurança e instabilidade do edifício existente/sobrante;-----

-----de que resulta a possibilidade de colapso total e ruína do edificado, colocando em





## CÂMARA MUNICIPAL DE MORTÁGUA

*perigo a segurança viária e de pessoas e bens nas áreas públicas confinantes;-----*

*-----de desconformidade com as normas legais do RJUE – DL nº.136/2014, consubstanciadas nos artigos 89º. – A – proibição de deterioração.-----*

*-----Proponho que a Câmara delibere no sentido de se dar cumprimento ao nº. 8 do artigo 90º. do DL nº. 136/2014, preterindo as formalidades previstas no presente artigo, promovendo a demolição imediata das ruínas uma vez que existe risco iminente de desmoronamento para a via pública.”-----*

*-----A Câmara, depois de apreciado o assunto, deliberou por unanimidade aprovar a proposta do Chefe da DPAT, ou seja dar cumprimento ao nº. 8 do artigo 90º. do DL nº. 136/2014, preterindo as formalidades previstas no presente artigo, promovendo a demolição imediata das ruínas uma vez que existe risco iminente de desmoronamento para a via pública, devendo notificar-se o proprietário dando conhecimento da presente decisão.-----*

### **9.2.6.-Processo nº. nº. 08/2018/05:-----**

*-----Pelo Senhor Presidente foi presente o Parecer Técnico, datado de 11/01/2018 do Chefe da DPAT, emitido na sequência da informação dos serviços de Fiscalização Municipal, sobre a existência de um edifício em mau estado de conservação em Riomilheiro, na Freguesia do Sobral, de propriedade de Abílio Martins Jesus, residente, na Rua Principal, nº.01, Riomilheiro, 3450 – 341 Mortágua, cuja conclusão se transcreve:-----*

*----- “conclui-se que se trata de uma situação:-----*

*-----, decorrente dos incêndios que assolaram esta zona em outubro de 2017 e que atingiram o edifício em causa;-----*

*-----que origina falta de solidez, de insegurança e instabilidade do edifício existente/sobrante;-----*

*-----de que resulta a possibilidade de colapso total e ruína do edificado, colocando em perigo a segurança viária e de pessoas e bens nas áreas públicas confinantes;-----*

*-----de desconformidade com as normas legais do RJUE – DL nº.136/2014, consubstanciadas nos artigos 89º. – A – proibição de deterioração.-----*



## CÂMARA MUNICIPAL DE MORTÁGUA

-----Proponho que a Câmara delibere no sentido de se dar cumprimento ao n.º. 8 do artigo 90.º. do DL n.º. 136/2014, preterindo as formalidades previstas no presente artigo, promovendo a demolição imediata das ruínas uma vez que existe risco iminente de desmoronamento para a via pública. -----

-----A Câmara, depois de apreciado o assunto, deliberou por unanimidade aprovar a proposta do Chefe da DPAT, ou seja dar cumprimento ao n.º. 8 do artigo 90.º. do DL n.º. 136/2014, preterindo as formalidades previstas no presente artigo, promovendo a demolição imediata das ruínas uma vez que existe risco iminente de desmoronamento para a via pública, devendo notificar-se o proprietário dando conhecimento da presente decisão. -----

-----E, nada mais havendo a tratar, foi pelo Senhor Presidente declarada encerrada a reunião pelas dezassete horas e quarenta minutos. -----

-----Para constar e devidos efeitos se lavrou a presente ata que vai ser assinada por mim  
Rosa Maria Ferreira Breda Secretária do Órgão  
e pelo Senhor Presidente. -----